REVISTA **RED** pensar

Teología Ecofeminista frente às crises socioambientais e pandêmicas *Ecofeminist Theology in the face of socio-environmental and pandemic crises* *La teología ecofeminista frente a la crisis socio-ambientales y pandémica* *Ivoni Richter Reimer*

Revista REDpensar, volumen 9, número 2, Julio-Diciembre 2020
ISSNe: 2215-5384

REDpensando en la Investigación 1
Recibido: 25 de agosto de 2020
Aceptado: 11 de setiembre de 2020

DOI: 10.31906/redpensar.v9i2.206

Teologia Ecofeminista frente às crises socioambientais e pandêmicas

Ecofeminist Theology in the face of socio-environmental and pandemic crises

La teología ecofeminista frente a la crisis socio-ambientales y pandémica

Ivoni Richter Reimer¹

Resumo

O texto apresenta alguns referenciais teóricos eco feministas para refletir sobre a relação de religião, gênero e ecologia a partir de tragédias socioambientais e pandêmicas contemporâneas. A pesquisa bibliográfica inclui material audiovisual. Baseia na transversalidade de abordagens socioambientais eco feministas a partir da categoria analítica de gênero, que contempla as relações de poder também entre classe, etnia e geração na lide com pessoas e ambiente. Afirma a ética do cuidado desde os elos mais vulnerabilizados na criação, em nível sociocultural, político, econômico e teológico.

Palavras-chave: RELIGIÃO; ECOFEMINISMO; GÊNERO; TEOLOGIA; VULNERABILIDADES.

Abstract

Started by contemporary social, environmental and pandemic crises, there are presented theoretical issues of ecofeminism in way to reflect on the relationship of religion, gender and ecology. The bibliographic survey includes audiovisual material. It is based on the transversality of social, environmental and ecofeminist approach, using the analytical category of gender to understand the power relationships also between class, ethnicity and generations in the dealing with people and environment. The ethic of care of the most vulnerable beings of the Creation in social, cultural, political, economic and theological level is here affirmed.

Keywords: RELIGION; ECOFEMINISM; GENDER; THEOLOGY; VULNERABILITIES.

Resumen

El texto presenta algunas referencias teóricas eco feministas para reflexionar sobre la relación entre religión, género y ecología desde las tragedias y pandemias socio ambientales contemporáneas. La búsqueda bibliográfica incluye material audiovisual. Se basa en la transversalidad de enfoques socio ambientales eco feministas basados en la categoría analítica de género, que también incluye las relaciones de poder entre clase, etnia y generación en el trato con las personas y el medio ambiente. Afirma la ética del cuidado desde los eslabones más vulnerables de la creación, a nivel sociocultural, político, económico y teológico.

Palabras clave: RELIGIÓN; ECOFEMINISMO; GÉNERO; TEOLOGÍA; VULNERABILIDADES.

1. Brasil. Doutora em Teologia e Ciências da Religião (Universitt Kassel) com ps-doutorado em Cincias Humanas (UFSC). Professora na PUC Goiás (Programa de Pós-Graduação em Cincias da Religião). Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Religião, Gnero e Poder. Editora-gerente da revista Caminhos. Correio eletrónico: ivonirr@gmail.com

*“Estamos no mesmo mar,
mas não no mesmo barco”*
(Maria Paula Meneses, 2020)

Introdução

Un elemento que puedan ser iguales ante la ley como lo pregona el artículo 33 constitucional. De la misma forma, tutelar el Interés Superior del Menor y a la familia como instituto fundamental de la sociedad.

Retomando a trajetória deste texto

Em 2019, fui convidada a realizar uma palestra no VII Congresso Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE) no Rio de Janeiro, que tratasse das crises socioambientais em perspectiva da relação religião-gênero-ecologia. Naquele tempo, eu não fazia ideia que a concluiria em forma de texto na atual situação de isolamento/distanciamento social por causa da pandemia de COVID-19². O coronavírus que se espalhou globalmente adentrou espaços públicos e privados de forma assustadora e mortífera para milhares de pessoas. Governos, instituições e pessoas são por ele afetados diretamente, mesmo que de formas diferentes, e tomam (ou não) medidas para aliviar seus impactos e prevenir sua ação em nível pessoal, social e econômico, e cada um desses grupos sociopolíticos será responsabilizado pelas medidas que tomar ou deixar de tomar.

Pelos impactos de COVID-19 no cenário nacional e internacional, as questões que foram colocadas naquela ocasião tornam-se ainda mais agudas e urgentes³. Tomo a liberdade, pois, de fazer algumas adequações de conteúdo devido ao contexto atual. Contudo, não silenciarei a memória de catastróficas tragédias socioambientais e político-econômicas evocadas na ocasião (Césio-137, há 32 anos em Goiânia, e rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho/Minas Gerais, nos últimos anos). Ao contrário, acrescentarei mais dois desastres socioambientais em meio à tragédia pandêmica, no Brasil: a) em final de maio/início de junho 2020, foram desmatados mais de 530 hectares de área protegida de cerrado nativo, em território quilombola⁴ Kalunga, em Cavalcante/Goiás, na Chapada dos Veadeiros, por meio da ‘técnica do correntão’, realizado pelas Fazendas Alagoas e Pequi, em afronta à vigente lei ambiental brasileira e aos direitos do povo quilombola da região, extraindo dali inclusive toneladas de calcário; b) na manhã de 03 de julho 2020, dois tratores e vários homens, entre eles um dos proprietários da Fazenda Santa Catarina (Usina Sabarácool), Victor Vicari Rezende, invadiram e começaram a destruir as lavouras prontas para colheita no Acampamento Valdair Roque, em Quinta do Sol/Paraná⁵, onde 50 famílias agricultoras pertencentes ao Movimento Sem-Terra (MST) produzem

2. Hoje, 20 de abril de 2021, o Brasil está liderando o número de pessoas mortas pelo COVID-19, chegando a 380 mil óbitos, numa média de 2.866 mortes por dia nos últimos 7 dias. Dados obtidos: <https://bit.ly/3yFFwBT>

3. Visto que a palestra foi proferida, originalmente, no III Colóquio Internacional do NEARG (PUC Goiás), em abril de 2019, ela foi publicada integralmente na revista Caminhos (2019 Especial). Ver: <https://bit.ly/2VFtq03>

4. O termo quilombo é originário da realidade histórica da escravidão no Brasil, dentro da qual escravos e escravas fugiam das propriedades nas quais eram mantidos(as) sem liberdade e realizando trabalhos forçados e se refugiavam em lugares mais distantes, nas matas e lugares montanhosos, onde começaram a construir e organizar comunidades de sobrevivência, cultivando a terra, criando animais, constituindo lugares de expressão religiosa e de espiritualidade e estabelecendo redes de proteção para seu sustento e sua vida em liberdade. Quilombola é o termo usado para caracterizar descendentes daquelas comunidades e que continuam cultivando a terra e preservando suas tradições e expressões religiosas. A respeito disto, ver Comissão Pró-Índio de São Paulo (2020)

5. Em torno de 100 acampamentos e assentamentos do Movimento Sem-Terra (MST) no Paraná iniciaram campanhas de doação de alimentos em 09 de março, no início da pandemia. Até 03 de julho foram doadas 246 toneladas de alimentos, 6.400 marmitas e 600 máscaras de tecido. O acampamento Valdair Roque localiza-se na Fazenda Santa Catarina, cuja proprietária é a Usina Sabarácool, com grande passivo jurídico e centenas de ações trabalhistas que fizeram o INCRA pensar em declará-la para Reforma Agrária. Mais informações em: <https://bit.ly/37E1Ujb> e <https://bit.ly/3sbij6l>

alimentos (grãos, frutas, tubérculos, legumes, ovos, mel, verduras, pães, queijos, bolachas, leite etc.) destinados para o autossustento e à Campanha de Doação, organizada pelo MST, no contexto do distanciamento/isolamento social causado pela pandemia.

Diante desses fatos, a questão que se coloca é: é possível, e como, relacionar religião, gênero e poder em seus aspectos ecofeministas com a atual pandemia que assola o planeta e seus habitantes (não só) humanos? Buscando tecer alguns fios para construir reflexões, destaco elementos ecofeministas e desenvolvo alguns itens acerca do tema. Para tal, baseio-me em referências bibliográficas, utilizando também audiovisuais; aponto para questões históricas de longa duração e para questões emergentes que baseiam nessa história. Busco indicar para conexões existentes nas relações de poder vigentes entre pessoas e dessas para com o (meio) ambiente. Destaco trabalhos realizados em movimentos sociais e teológicos ecofeministas, para os quais o princípio ético do cuidado é fundamental.

Algumas percepções básicas

Em primeiro lugar, para mim continua valendo a afirmação feita por ocasião daquela palestra: A ganância e a falta de seriedade e/ou competência no exercício de funções públicas contribuíram e continuarão a perpetuar situações de riscos e perdas, caso não houver profunda mudança de mentalidades, empreendimentos, responsabilidades e espiritualidade. Assim, expresso a pertinência e a interconectividade das relações econômicas do mau uso/abuso das forças e das matérias primas de produção com a construção de ideologias e imaginários que sustentam essa economia política desde a Antiguidade⁶. Esta é uma das principais características que sustenta a relação entre ecofeminismo e crítica à economia patriarcal e capitalista, na medida em que se percebe a interconexão entre exploração do ambiente e do trabalho humano, especificamente de mulheres empobrecidas: são elas que, nesses tempos de pandemia, mais sofrem sob os impactos do desemprego, da queda salarial, das responsabilidades familiares e das violências domésticas.

Em segundo lugar, continua central o reconhecimento das interconexões do pensar e agir local e global, econômico e político, público e privado, cultural/religioso e social em relação ao ambiente no qual vivemos: Nós somos parte do lugar que habitamos; dele cuidamos ou com ele sucumbimos. Isso tem a ver com alimentação, relações sociais, saúde, enfim, com uma boa política que garanta “o pão nosso de cada dia”, incluindo nesse ‘pão’ um bom e democrático governo para todas as pessoas (Lutero, 1980 [1529], págs. 467-469). Esta é outra característica fundamental que sustenta a relação entre ecofeminismo, religião/espiritualidade e interdependência entre todos os seres: uma espiritualidade do cuidado especialmente para com os elos mais fragilizados nos diversos contextos de vida, especificamente em meio à crise pandêmica vivenciada (M. Meneses, comunicação pessoal, 04 de junho de 2020).

Em terceiro lugar, e permeando os dois itens anteriores, as relações de gênero tornam-se ‘o’ lugar nevrálgico de averiguação e avaliação de relações políticas, sociais, religiosas, econômicas e ecológicas. As políticas públicas, entre elas a saúde da mulher e as políticas ambientais, estão interconectadas pelo cuidado (ou não) das partes mais vulnerabilizadas no processo civilizatório desenvolvimentista do capitalismo, atualmente neoliberal.

Percebe-se, portanto, que o mundo que habitamos e que nos habita tornou-se um contexto macro e global, caracterizado por relações e redes assimétricas de poderes que, gerando e consolidando desigualdades, também as classificam, discriminam e marcam por meio de diversas formas de violência na casa, no trabalho, na religião e na política. As partes mais vulnerabilizadas encontram-se em todos esses espaços de relações e sofrem, cada vez mais, os arbítrios, os impactos e as consequências dessas relações assimétricas. Esta percepção, crítica e convocação à reconstrução de relações socioambientais é outra característica central do ecofeminismo em sua intersecção com gênero e economia. Reafirma-se, portanto, que a cadeia ou rede de desigualdades, historicamente marcada por violências, interpenetra e atravessa a economia do mercado e o

6. Ver a respeito das bases ideológicas e patriarcalistas da economia política romana que se perpetua, em formas transvestidas, em Richter (2006).

mundo do trabalho, as leis, as políticas de Estado, as mídias, as igrejas etc., influenciando pressupostos e preconceitos que constituem a base a partir da qual são definidas as macropolíticas de desenvolvimento (Miranda, 2015). O ecofeminismo que aqui partilhamos denuncia tradições religiosas que contribuem na construção e perpetuação desses pressupostos e preconceitos e que busca resgatar textos sagrados e experiências libertárias de espiritualidade que ofereçam suporte para a construção de relações justas e boas para todos os seres vivos.

A vida vulnerabilizada como eixo referencial

Como reação e proação a esse complexo conjunto assimétrico de poderes que em perspectiva teológica abarca toda a vida criada, movimentos e teologias ecofeministas têm-se constituído como um dos agentes e protagonistas que visam transformações em nível pessoal, sociocultural, econômico, político e ideológico. Reconhecendo e assumindo que o pessoal é político e que o político é pessoal, esses movimentos são multidinâmicos e representativos para várias agendas de mobilização, entre elas a ecológica. Destaca-se que a opressão das mulheres tem caráter político-ideológico e, mesmo sendo experiência pessoal, não pode ficar restrita e ‘guardada’ ao espaço privado, pessoal e doméstico. Foi-se percebendo que historicamente as condições e os contextos, bem como as circunstâncias de experiências pessoais são estruturadas e estão circunscritas por meio de fatores públicos, legais e religiosos e que, portanto, problemas ‘pessoais’ e/ou individuais “só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas” (Costa *apud* Richter, 2019, p.125). Considerando o caráter ideológico-político das opressões e violências e que experiências localizadas estão circunscritas a fatores políticos, legais e socioculturais, esses movimentos e teologias reivindicam que qualquer problema, também de saúde e de ambiente, deve ter sua solução por meio de ações políticas (Gebara, 1997). Trata-se, portanto, de movimentos socioculturais e políticos em defesa de todas as formas de vida, com repercussão em todas as áreas de atuação, também na teologia, e que se embatem com grupos que representam o capital, a religião alienada e o patriarcado (de Sousa, 2020) que ameaçam a vida na Terra.

Também as relações assimétricas de gênero estão construídas ideologicamente há milênios, e se transvestem continuamente. Como não abarcam exclusivamente ‘problemas de mulheres’, os movimentos e teologias ecofeministas, que têm no gênero uma categoria analítica⁷ de (re) construção de poderes e de transversalidades com classe, etnia e idade, tornam-se um referencial e um paradigma revolucionários para reflexões, análises e ações que também entrelaçam religião, gênero e ecologia.

Em suas várias tendências (Richter, 2019), movimentos ecofeministas mostram que não são unívocos, e nem por isso são oponentes. Trabalham no sentido de conscientizar para a necessária e urgente mudança de mentalidades, paradigmas e epistemologias, a fim de transformar as relações de poder entre homens e mulheres e as relações de homens e mulheres com o ambiente/ecossistema (Souza, 2012). Ivone Gebara, já em 1997 (p.9), em diálogo com feministas internacionais, preconizava que teologias e movimentos ecofeministas situavam-se em “nível político-ideológico das lutas sociais e das relações nacionais e internacionais entre os grupos humanos diante do crescente desastre ecológico”. Isto significa que não há ambientes ou relações isolados, mas que a interdependência socioambiental e político-econômica afeta todos os ambientes e todos os seres em nível planetário⁸. Este é um aspecto fundamental para uma espiritualidade ecofeminista de libertação, que se compromete a cuidar da vida em suas diversas e complexas relações.

7. Algumas categorias analíticas para análise das relações de poder estão apresentadas em Schüssler (2009, págs. 124-143), com referências.

8. Sugiro ver documentário-filme *O Efeito Borboleta*, bem como o artigo de Toldy (2013).

Estas relações de interdependência e de retroprojeção estão presentes nas proposições registradas por Flores e Trevizan (2015), e continuam sendo um dos grandes desafios ecofeministas, para viabilização de ambientes sustentáveis e, portanto, saudáveis por meio de novas relações:

Oposição a um desenvolvimento de maximização de benefícios monetários, em detrimento da saúde das comunidades humanas e dos ecossistemas; incorporação e valorização dos saberes e trabalhos das mulheres envolvidas em atividades também de subsistência; concentração na organização econômica e política da vida e do trabalho das mulheres que apresente alternativas à crise ecológica e melhoria das condições de vida das mulheres e dos pobres; busca da autossuficiência, da descentralização e da auto-organização, mediante a busca de equilíbrios. (p.13)

Assim, uma perspectiva ecofeminista de libertação, que aqui compartilhamos, percebe, no conjunto das relações de gênero, a interconexão entre a exploração do ambiente com todos os seus recursos naturais e de pessoas com todo o seu corpo em nome da ‘economia’ e do ‘mercado’, e reconhece que esta exploração é característica de sistemas patriquiarcais de dominação, dos quais fazem parte todas as formas de violência.⁹ Fato é que a capitalista ‘maximização monetária’ não tem privilegiado e garantido a saúde de todas as pessoas e de todo o ambiente, o que se evidencia terrivelmente nessa pandemia, destacando-se alguns aspectos e realidades específicos: os trabalhos de mulheres, especialmente os que primam pela ancestralidade de saberes, continuam sendo pouco reconhecidos, também em nível científico, acadêmico e socioeconômico; a falta de reconhecimento e proteção oficial em vários níveis de poder das atividades produtivas e criativas de pequenos(as) agricultores(as) que resistem ao agronegócio tem contribuído para o avanço de desmatamentos e afrontosos ataques à produção de alimentos orgânicos, como enunciados na introdução desse texto; a conquista árdua e gradual de autossuficiência de pequenos produtores(as) continua ameaçada pelos grandes empreendimentos da economia política, sustentada ideologicamente também por teologias fundamentalistas, aviltando, assim, a busca da construção de equilíbrio nas relações que afetam classe, gênero, etnias e ambiente.

De fato, a maioria dos governos não tem sido suporte, proteção e motivação para essas vidas vulnerabilizadas que buscam e constroem sua organização, sobrevida e autossuficiência também em solidariedade com outras vidas ameaçadas e “descartadas” e no cuidado do ambiente em que produzem alimentos e relações de afetividade e pertencimento, como também apontado na introdução. Pelo contrário, o Estado brasileiro, por exemplo, por meio do seu governo, tem prevaricado em relação (não só) às políticas públicas ambientais, deixando de gerir atuais desastres e de agir preventivamente em relação a novos desastres.¹⁰

Continua, pois, sendo desafio e tarefa de movimentos e teologias ecofeministas, entre outros que se articulam com vários setores da sociedade, “pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho [o Estado], através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses” (Costa, 2005, p.7) e necessidades das vidas vulnerabilizadas. Para tal, fundamental se faz renovadamente a articulação para garantir e maximizar os benefícios de políticas públicas de gênero e de ambiente na construção de relações de equidade, cuidado e proteção. A fiscalização de ações públicas e de iniciativas privadas que atentem contra as vidas já vulnerabilizadas precisa evidentemente ser redobrada, o que agudiza mais ainda o estado de exceção pandêmica, que paradoxalmente pode se tornar um embrião de reorganização de manifestações e movimentos populares em defesa e solidariedade com as vidas mais sofridas, como o demonstram as ações e campanhas solidárias (cf. Introdução). Este cuidado socioambiental e político, também em suas expressões de denúncia, é característica de espiritualidades eco feministas de libertação.

9. Sobre a relação entre corpo e ambiente/território em seus processos de exploração e luta por libertação, ver Pereira (2016), Gebara (1997), ONU Mulheres Brasil (2020), Noronha e Fraga (2017), com referências.

10. Isso tem acontecido por meio do afrouxamento das leis e normas contra o uso de pesticidas e inseticidas, bem como contra o desmatamento de áreas de risco e sob proteção. Ver Marques (2019).

Por isso mesmo, há que se pontuar, nesse contexto e no atual momento pandêmico, que as ‘tecnologias capitalistas’ utilizadas, por exemplo, para desmatar e extrair minérios e madeiras, bem como para explorar corpos e ambientes protegidos e desterritorializar riquezas naturais e humanas em benefício do capital e seu acúmulo por uma mínima parcela da população, oferecem poucos benefícios no que se refere a políticas públicas. Pelo contrário, os impactos negativos causados ao ‘corpo’ ambiente (terra degradada, água e ares poluídos, seca, biodiversidade diminuída etc.) repercutem nos corpos de mulheres que necessitam desse ‘corpo’ ambiente preservado e cuidado, para que possam garantir seu sustento e muitas vezes também o de sua família. Isso se agrava ainda mais na pandemia, por exemplo, por meio do aumento do desemprego de mulheres no mundo de trabalho formal e informal, as quais passam para uma situação extrema de super-exposição econômica, sem proteção social adequada (ONU Mulheres Brasil, 2020). Neste contexto, para movimentos ecofeministas populares que refletem a interação entre corpo-ambiente e corpo-mulher, os desafios que advêm dessas ‘tecnologias capitalistas’ reafirmam a organização e a resistência em torno de agendas socioeconômicas e culturais centrais como: “soberania alimentar, acesso das mulheres à terra, agroecologia, o cuidado com as sementes criolas, seus conhecimentos e diversidade, além do fomento e reativação das atividades culturais, culinárias e artesanais indígenas e camponesas” (Noronha; Fraga, 2017, p. 5). É nesse sentido que também compreendemos a afirmação que nenhuma agenda e ação feministas serão sustentáveis política e economicamente se não interconectarem a emancipação dos corpos explorados e violados de mulheres com a libertação do ambiente/da natureza da histórica opressão estrutural criada pelo patriarcado e pelo capitalismo (Cabnal, 2015 *apud* Noronha; Fraga, 2017, p. 8).

É também nesse viés e justamente em consequência da sistêmica dinâmica dessas ‘tecnologias capitalistas’, que causam destruição, doença e mortes, que se percebe que são exatamente elas que colocam grandes desafios para (re) articular “tecnologias teológicas” (Pereira, 2016, p. 108-109) que priorizem e prestem diaconia às partes mais vulnerabilizadas no conjunto da criação. Trata-se de todos os seres violentados, empobrecidos, descartados e adoecidos por esse sistema capitalista patriquiarcal, que também adentra altares religiosos ideológica e economicamente marcados por este mesmo capital. Sendo as mulheres a maioria das pessoas que se encontram nessa condição, continua sendo imprescindível que se vincule renovada e constantemente a luta pelos direitos das mulheres e outras minorias qualitativas - e a manutenção de direitos conquistados! - aos movimentos e às políticas públicas em defesa e preservação do (meio) ambiente.

Na pandemia: aumento de violências e visibilidade de incompetências

É exatamente aqui que volto à pandemia de COVID-19, uma tragédia dentro de várias tragédias. No vídeo inicialmente mencionado destaca-se que grande parte da produção de alimentos entre os quilombolas é garantida pelo trabalho de mulheres, o que também acontece na maioria de outras pequenas propriedades agrícolas. Essas populações camponesas fazem parte do grupo socioeconomicamente mais vulnerabilizado no Brasil. Estudos recentes mostram que a pandemia desmascara o já existente/permanente estado de exceção para uma grande maioria de pessoas no planeta, agravando “uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita” (de Sousa, 2020, p. 6) e evidenciando uma global-estrutural crise dos cuidados com a vida. O coronavírus está globalizado, mas não ‘pega’ por igual; existem pessoas sociohistoricamente mais vulneráveis a ele: mulheres, indígenas, quilombolas, trabalhadores informais e de ruas, moradores de rua, sem-teto e das periferias metropolitanas, refugiados, imigrantes ilegais, pessoas portadoras de deficiências, idosas, presas... Além disso, as vulnerabilidades históricas de mulheres são agudizadas pelo distanciamento social, porque aumentaram as várias formas de violência de gênero contra mulheres e crianças em todos os lugares no mundo e diminuíram as medidas protetivas e preventivas por parte dos poderes públicos (Guevara, 2020). A diretora

executiva da ONU, Phumzile Mlambo-Ngcuka, em Mesa-Redonda virtual (20 de abril 2020), afirmou e reivindicou:

Um dos aspectos mais devastadores dessa pandemia é o modo como a violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, aumentou muito em muitos países. Todos os governos devem declarar serviços para prevenir e responder à violência contra as mulheres como essenciais. Isso inclui linhas de apoio e abrigos. Eles não devem apenas receber a atenção e o financiamento de que precisam agora, mas esses recursos devem continuar após a pandemia. (ONU Mulheres Brasil, 2020, s.p.)

Em relação à realidade econômica e do trabalho de mulheres no contexto da pandemia, Gabriela Ramos, chefe de gabinete da Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), argumentou e postulou:

Em um mundo desigual, uma crise de saúde como a que enfrentamos hoje fere desproporcionalmente as mulheres. [...elas] representam 70% da força de trabalho da área de saúde em todo o mundo e 95% da força de trabalho de longo prazo em toda a OCDE. [...] estão potencialmente superexpostas a essas consequências econômicas, pois estão super-representadas na economia informal sem proteção social adequada. [...] enfrentamos duas opções ao responder a esta crise: podemos permitir que esses impactos desproporcionais exacerbem as desigualdades existentes ou podemos garantir uma incorporação de uma forte lente de gênero nos esforços de resposta e recuperação para emergir mais forte. [...]. O mundo pós-Covid-19 nunca mais será o mesmo, e cabe a todas as pessoas garantir que as mulheres se saiam melhor. (ONU Mulheres Brasil, 2020, s.p.)

Essas constatações impactam e desafiam, pois, além do fato da maioria dos governos não enfrentarem protetiva e preventivamente o aumento da violência doméstica contra mulheres e crianças por meio do cumprimento da legislação existente¹¹ – ou de sua criação –, a pandemia evidencia outro problema também no Brasil: a relação entre a crise excepcional permanente na área econômica com a crise na saúde pública, privilegiando-se ‘salvar o capital e o mercado’ ao invés de centrar esforços em políticas públicas nas áreas da saúde, de gênero, da economia, do ambiente e da educação. O cuidado da vida em todas as suas formas não se evidencia como foco ideológico-político de vários governos ditos democráticos no contexto (não só) dessa pandemia. As incompetências tornam-se não só mais visíveis, mas tanto mais ridículas frente à seriedade da situação que é minimizada, distorcida e ideologicamente utilizada para agravar hostilidades, expressões de ódio e ignorâncias em meio ao povo, que deveria (se) proteger e ser protegido. Atitudes e falas de alguns governantes têm agravado a falta de cuidado de muita gente que circula sem uso de máscara, se aglomera em lugares públicos sem as medidas restritivas que devem ser observadas e, quando infringidas, também punidas. Contudo, na falta do cumprimento das normas, da fiscalização e da séria observância dos cuidados preventivos, muitas dessas pessoas chegam a adoecer e, em filas de hospitais, disputam as poucas vagas para o uso de UTIs... A irresponsabilidade chega ao ilimitado absurdo, que, na mais triste falta de sentido, evidencia a generalizada falta de responsável e amoroso cuidado, de crise generalizada da humanidade que deveria existir em nós.

Com isto, destacou-se nesse item a interconexão entre as várias formas de violência cometidas especificamente contra mulheres e crianças e o contexto socioeconômico e político da pandemia COVID-19. Este contexto acentua os desafios eco feministas no sentido de organizar resistência, garantir direitos, rever epistemologias e metodologias, considerando também vivências de espiritualidade que sustentem as práticas oriundas desses desafios. De fato, esses desafios criam a necessidade e convocam para criarmos condições para aprofundar críticas às diversas formas e manifestações patriarcais, capitalistas e fundamentalistas com base em (com) vivências de espiritualidades ecofeministas.

11. Em consonância com os movimentos feministas e sociopolíticos, em 07 de agosto de 2006, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou a Lei 11.340, nomeada de Lei Maria da Penha. A respeito da história, conteúdo, luta e conquista dessa Lei, ver Presidência da República (Lei 11.350, 2006) e Miranda (2015).

Espiritualidades alienadas e alienantes têm por característica serem fundamentalistas, marcadas por fatalismo, dualismo e essencialíssimo (Gebara, 1997), tomando ‘as coisas’ como dadas por vontade de Deus, que deve, em algum momento, mostrar às pessoas o sentido do seu sofrer. Dessa forma, as pessoas se ‘assentam’ sobre as vontades construídas ideologicamente a partir de ideologias e teologias conservadoras que apelam para a ‘vontade de Deus’ para justificar grande parte dos sofrimentos existentes, sem questionar estruturas e sistemas que constroem relações que são, na maioria das vezes, causadoras de grande parte desses sofrimentos, entre eles pobreza, racismo, doenças, violências, discriminação e ódio...¹²

Por isso, a (des) construção epistemológica, hermenêutica e histórico-cultural em busca de superar dualismos e hierarquias é condição para a mudança das relações de poder em todos os níveis de saber/fazer, haja vista que esses dois pilares ideológicos perpassam o conjunto das relações humanas, e são expressas também na espiritualidade (Hoornaert, 2014). Essa reconstrução não prescinde de rever e aprofundar uma radical crítica à *pleonexia* e à *hybris* humanas, raízes de dominação e abuso dos corpos de todos os seres. Para além do campo teológico, mas dele não desvinculado, em nível científico e tecnológico isso implica observar atentamente as ‘inovações’ e seus impactos causados principalmente nas vidas mais vulnerabilizadas, a fim de não enfraquecer a força político-emancipatória dos movimentos e teologias ecofeministas, potencializada com a categoria analítica de gênero em suas transversalidades com classe, etnia e idade.

Entre as propostas de teologias ecofeministas está a vivência de uma espiritualidade marcada pela ética do cuidado da vida em seu conjunto de relações, vinculada com as partes mais vulneráveis. Para viver essa ética é preciso (re) inventar espiritualidades como parte da expressão da vida social e política a serviço de minorias qualitativas (Gebara, 1997; Richter, 2010; Radford, 2014). Teológica e pastoralmente, no que se refere a grande parte da população cristã no Brasil, é importante reler tradições bíblicas, como a da criação e da aliança, revisitar a práxis libertadora de Jesus e perceber o poder dinâmico e transformador da ruah divina, Espírito de vida e liberdade em comunidades cristãs nas origens. Observando as relações de poder nessas narrativas e a opção de Deus em favor da vida machucada, pode-se operar junto com movimentos socioambientais em perspectiva de cooperação crítica e construtiva, bem como de solidária reciprocidade em favor de umas práxis teológica, social e política para reordenar e reorganizar a inter (rel) ação entre todos os seres da criação (Reimer e Richter, 2010). Os tempos pandêmicos que nos assolam, os governos e as políticas públicas da saúde incompetentes, bem como as teologias e práticas eclesiais fundamentalistas e conservadoras que são disseminadas nesse contexto formam paradoxalmente o contexto para percepções e práticas ecofeministas crítico-construtivas que considerem espiritualidades do cuidado como um componente vital em seus processos de organização e de inserção socioambiental e política.

Assim, a vivência de espiritualidades do cuidado desafia e está desafiada a perceber e assumir, para além das diferenças entre as várias tendências ecofeministas, a renovada urgência de agir contra uma “visão utilitarista da natureza, no mesmo estilo ao que [...] ocorre nas instituições da sociedade hegemônica, dominada pelos homens” (Flores e Trevizan, 2015, p. 23). Em termos de trabalho hermenêutico e teológico, é urgente realizar ininterruptamente pesquisas críticas em perspectiva ecológica que concentrem esforços em compreender integradamente os gritos de pessoas vulnerabilizadas e o gemido de toda a criação (Romanos 12), e motivar pastoral, social e politicamente para a superação das causas de sofrimentos que originam tais gritos e gemidos, bem como seus esforços de superação. Estas causas e esforços devem ser vistas em seus respectivos contextos.

12. Um dos livros e personagens bíblicos que mais questiona esse tipo de espiritualidade e seu arcabouço teológico é Jó, tornando-se, pois, um convite para estudos e reflexões na atualidade.

Para muita gente comprometida ecofeministicamente, a vivência da espiritualidade em sua diversidade de expressões faz parte do almejado bem-viver integral comprometido com o princípio VIDA a partir dos ‘porões da humanidade’, especificamente nos atuais tempos pandêmicos. Nas palavras de Lassak (2013, p. 108) está posto o desafio de constantemente “refletir os elementos religiosos em seu potencial para o desenvolvimento de uma espiritualidade de resistência” e de solidariedade. Essa espiritualidade envolve e está impregnada de sensibilidades, compaixão e ternura que se manifestam também como crítica radical e enfrentamento das injustiças em todas as suas relações e expressões. Característica de teologias contextuais de libertação, essa vivência da espiritualidade pode possibilitar a celebração e a denúncia, a tristeza das perdas e a alegria das conquistas no caminho.

Também a partir da vivência de espiritualidades do cuidado, a relação entre religião, gênero e ecologia é fundamental no sentido de perceber e vivenciar a interrelação entre os elos mais vulneráveis da criação. Nesse momento, quero afirmar que, com base no exposto, a relação entre religião, gênero e ecologia não se sustenta nem se mantém em horizonte algum, caso não priorizar constante e renovadamente as partes mais vulnerabilizadas das relações, bem como o fundamento da comunidade e do cuidado como referenciais do exercício de poder, na busca democrática e solidária do bem-viver de toda a criação.

Perspectivas ao invés de conclusões

Entre os esforços de teologias e movimentos ecofeministas estão o discernimento, o empenho e o compromisso em afirmar relações de reciprocidade, cooperação e cuidado para um questionamento e um reordenamento da inter(rel)ação entre seres humanos e natureza. A solidariedade com as partes mais vulneráveis, também na perspectiva de elaboração teórico-referencial, é característica central. A vivência de espiritualidades centradas e permeadas pela ética do cuidado é força geratriz para teologias ecofeministas.

Os impactos da pandemia de COVID-19 são muitos e variados, incluindo o isolamento social, a evidência do estado de exceção permanente para a maioria da população planetária, adoecimentos, preconceitos, aumento da violência doméstica e mortes. Eles afetam direta e indiretamente as políticas públicas, as relações de gênero, as expressões religiosas e o acesso à alimentação e ao trabalho por grande parte do povo. Esses impactos também podem ter e estão tendo repercussões significativas em termos de seriedade e solidariedade, como o fato que algumas organizações realizam Campanhas de Doação de alimentos, roupas e remédios. Assim, desde o dia 9 de março 2020, no início da pandemia de COVID-19, as Campanhas de Doação de alimentos *in natura*, em marmitas, bem como máscaras de proteção feitas artesanalmente com tecido, Campanhas organizadas pelo MST no Paraná, tornaram-se expressão de fartura e de solidariedade produzidas nos Acampamentos e Assentamentos daquele estado (ver nota 2). Notadamente, estas doações solidárias têm a ver com propostas de redistribuição da terra, trabalho na terra, produção agroecológica, participação das mulheres em ação e decisão... A represália a essa expressão de solidariedade veio em forma de invasão destrutiva feita por representantes do agronegócio da região (cana de açúcar – Usina Sabarácool), e causou grandes prejuízos para essa rede de produção e solidariedade. Contudo, isso não conseguiu paralisar o ânimo e a motivação das mulheres e dos homens do Acampamento e dos movimentos sociais: no dia seguinte à destruição, no mesmo espaço, foi inaugurado o *Centro de Produção Agroecológica Pinheiro Machado* (Ferreira, 2020), em homenagem ao líder cientista da agroecologia no Brasil, como sinal de esperança também no intuito que essa terra seja declarada, pelo INCRA, para fins de Reforma Agrária. Nas notícias e vídeos elencados anteriormente, observei, aliás, que todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores do campo usaram máscara durante o plantio das bananeiras e do feijão crioulo – outro belíssimo exemplo de responsabilidade cidadã, ausente em tantos outros espaços!

A consciência é construída com base na história de vida, que abrange também as (com) vivências, os aprendizados em palavra e ação, a introspecção e a reflexão própria no esforço de compreender o sentido da vida, a superação (ou não) de dificuldades, as ajudas recebidas e dadas (ou não). O respeito e o cuidado vêm acompanhados pelo reconhecimento da pertença, da organicidade e da humildade de perceber que somos parte de um todo, e que estamos em passagem por este mundo que ainda é de Deus. É assim que também

se manifestou a agricultora indígena argentina Ângela Romano (2020), criadora de horta orgânica autossustentável, no questionamento às economias de mercado e consumo. Ela reconheceu que não é a dona da terra, mas que é parte da terra, e conclama: “Tomemos conciencia de la importancia de la tierra, el agua y el aire, cuidemos la vida, amemos la vida y el futuro. Si podemos ser autosustentables, basta de tanto consumo y volvamos a embarrarnos las patas.” Nas letras e melodia de uma canção brasileira, é preciso meter a mão e afagar a terra, conhecer os desejos da terra, e dela receber os frutos do nosso cuidado. Esse labor e cuidado tornam-se impossíveis em propriedades do agronegócio com seus milhares de hectares de terra!

Para finalizar, em consideração às terras goianas, peço entrada para a poetisa de Goiás, Cora Coralina (1889-1985/ 2020), com seu “O cântico da terra” que, para alguma gente enaltece o brio dos latifundiários contemporâneos, mas que, escrito em outro contexto, pode questionar exatamente os mesmos, pois se dirige aos pequenos(as): “Ó lavrador, tudo [...] é meu”, inclusive o pão da tua casa; “plantemos a roça”, que não é latifúndio; “cuidemos do ninho, do gado e da tulha” que é pra autossustentabilidade; e assim, no sítio (e não no latifúndio!), felizes seremos, com fartura o suficiente!

Esse suficiente da fartura haverá de motivar muitas Campanhas de Solidariedade... Esse suficiente da fartura marcará espiritualidades do cuidado... E essa fartura suficiente perpassará as relações de gênero, que repercutem em expressões religiosas e ambientais de proteção, cuidado e preservação. Podemos experimentar felicidade em abundância sem pleonexia e hybris, também em meio a situações pandêmicas! Esta é e continuará sendo uma característica fundamental de movimentos e lutas ecofeministas de libertação.

Referencias Bibliográficas

- Comissão Pró-Índio de São Paulo. (2020). *Quilombolas no Brasil*. Disponível em <https://bit.ly/3jOubcn>
- de Sousa, B. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Ferreira, D. (05 de julho de 2020). MST inaugura Centro de Produção Agroecológica em lavoura destruída por usineiros no PR. *Terra sem Males, jornalismo independente*. Disponível em <https://bit.ly/3iFo8aY>
- Flores, B., e Trevizan, S. (2015). Ecofeminismo e comunidade sustentável. *Revista Estudos Feministas*, 23(1), 11-34. doi: 10.1590/0104-026X2015v23n1p/011.
- Gebara, I. (1997). *Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a religião*. São Paulo, Brasil: Olho d'Água.
- Guevara, A. (2020). Exigen al presidente cese a su violencia institucional contra las mujeres. México. Disponível em <https://bit.ly/37z6u1U>
- Hoornaert, E. (2014). Ecofeminismo e imaginário cristão. *Mandrágora*, 20(20), 45-58. doi: 10.15603/2176-0985/mandragora.v20n20p45-58
- Lassak, S. (2013). Comunidades de Resistência e Libertação: a influência da Teologia (Feminista) da Libertação no Movimento de Mulheres Camponesas. *Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, 10(2), 90-109. doi: <http://dx.doi.org/10.18224/cam.v10i2.2456>
- Lutero, M. (1980). Catecismo Maior. In A. Schüller (trad. e notas), *Livro de concórdia* (págs.385-496). São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre, Brasil: Concórdia.

- Marques, L. (2019). *As políticas públicas ambientais no ano dos desastres*. Consultor Jurídico, São Paulo, Brasil. Disponível em <https://bit.ly/3yHawBl>
- Miranda, C. (2015). Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. *Interfaces Brasil/Canadá*, 15(1), 347-385. doi: 10.15210/INTERFACES.V15I1.6721
- Noronha, I., e Fraga, L. (2017). A terra e seus significados para as mulheres de Movimentos Camponeses. *Anais do Eletrônicos do XI e XIII Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis. Disponível em: <https://bit.ly/3fVz3FB>
- ONU Mulheres Brasil. (25 de maio de 2020). *Mulheres e meninas devem estar no centro dos esforços de resposta à Covid-19, apontam mulheres líderes*. Disponível em: <https://bit.ly/37ybtZl>
- Pereira, N. (2016). Onde estiver o seu Tesouro ali também o seu Coração: mineração, tecnologia e economia em Jó 28. *Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, 14(1), 97-111. doi: <http://dx.doi.org/10.18224/cam.v14i1.4828>
- Presidência da República. (2006, 7 de agosto). *Lei N°11.350*. Disponível em: <https://bit.ly/3AO19kf>
- Radford, R. (2014). Ivone Gebara: teóloga ecofeminista latino-americana. *Mandrágora*, 20(20), 175-185, 2014. doi: 10.15603/2176-0985/mandragora.v20n20p175-185
- Reimer, H., e Richter, I. (2010). Espiritualidad ecológica en la Biblia. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana*, (65), 47-59. Disponível em <https://bit.ly/3xBNISd>
- Richter, I. (2006). Patriarcado e economia política: o jeito romano de organizar a casa. In *Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos* (págs.72-97). São Leopoldo, Brasil: CEBI; Sinodal.
- Richter, I. (2010). *Terra e água na espiritualidade do movimento de Jesus: contribuições para um mundo globalizado*. São Leopoldo, Brasil: Oikos.
- Richter, I. (2019). As teologias e práticas políticas dos movimentos (eco) feministas. *Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, 17(4), 120-137. doi: 10.18224/cam.v17i4.7489
- Schüssler, E. (2009). *Caminhos da Sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista* (M. Ottermann, trad.). São Bernardo do Campo, Brasil: NhandutiEditora.
- Souza, J. (2012). A teologia ecofeminista e sua perspectiva simbólico/cultural. *Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, 10(28), 1395-1413.
- Toldy, T. (2013). “O Efeito Borboleta”: Ecologia e Teologias Feministas da Libertação. *Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, 11(2), 93-108. doi: 10.18224/cam.v11i2.2839